



7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

07 a 09 de setembro de 2016



A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E O ENSINO EM SAÚDE NA UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI: PERSPECTIVAS DOS PROJETOS DE EXTENSÃO

Área temática: Educação

Nome dos autores: Thamar Kalil de Campos Alves; Juliana Rodrigues Bonifácio¹

¹Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM); Programa de Pós-graduação Stricto Sensu Mestrado Profissional Ensino em Saúde

Resumo: Este texto é resultado de um estudo desenvolvido junto ao Programa de Pós-graduação Stricto Sensu Mestrado Profissional Ensino em Saúde da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). Apresenta algumas reflexões sobre as práticas da extensão universitária no ensino em saúde na Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). Busca-se analisar e compreender, a partir dos princípios norteadores do Sistema Único de Saúde (SUS), como os projetos de extensão podem viabilizar, ou não, a formação profissional em saúde na UFVJM e como nestes projetos a extensão universitária, igualmente a relação universidade e sociedade é definida, vivenciada. Com abordagem qualitativa, caráter descritivo e exploratório, o estudo comporta: 1. revisão bibliográfica inicial, levantamento de teses e dissertações sobre a temática; 2. pesquisa documental, levantamento dos projetos de extensão e de extensão em interface com a pesquisa em desenvolvimento e registrados na Pró-reitoria de Extensão da UFVJM, no período de 2012 a 2015 (recorte temporal estabelecido devido à implementação da Política Nacional de Extensão Universitária em maio de 2012); 3. análise de conteúdo, compreendendo a seleção de documentos, delimitação das categorias de análise, por meio da definição dos eixos temáticos norteadores da discussão, validação da categorização, leitura preliminar dos documentos, decodificação, tabulação das informações, análise e discussão final. Até o momento foi possível realizar o levantamento bibliográfico e a contextualização histórica da extensão universitária no Brasil e suas relações com a instituição pesquisada (UFVJM). Ao longo da pesquisa espera-se obter

ISBN: 978-85-93416-00-2

Realização:



Parceiros:





7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



07 a 09 de setembro de 2016

dados que possibilitem a produção de um roteiro específico para a elaboração de projetos de extensão na área temática saúde no campo da pesquisa.

Palavras chave. Extensão Universitária; Ensino em Saúde; Princípios do SUS

1. Introdução

Ao refletirmos sobre a formação universitária, especificamente, sobre a formação dos profissionais da saúde na Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), consideramos ser de fundamental importância analisarmos as práticas de formação destes profissionais e as vivências possibilitadas em decorrência da tríade: ensino, pesquisa e extensão.

Fundada no ano de 1954, a então Faculdade de Odontologia de Diamantina (FAOD), teve sua autorização de funcionamento por meio do Decreto nº 35.375 de 13 de abril de 1954. Naquele momento, ofertando o curso de Odontologia. A Instituição, federalizada pela Lei nº 3.489, de 17 de janeiro de 1960, tornou-se um estabelecimento de Ensino Superior, na forma de Autarquia em Regime Especial, pelo Decreto nº 70.686, de 7 de junho de 1972. Em 4 de julho de 2002 transformou-se em Faculdades Federais Integradas de Diamantina, pela Lei nº 10.487/2002 e, no ano de 2005, em Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, conforme Lei nº 11.173, de 6 de setembro de 2005.

No atual contexto, a UFVJM, campus Diamantina, tem em sua estrutura seis cursos de graduação na área da saúde, sendo eles: Odontologia, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Nutrição, Medicina.

Partindo do pressuposto político conceitual de que a universidade, constituída no tripé do ensino, da pesquisa e da extensão, além de ser um local de trabalho deverá desempenhar suas responsabilidades sociais, o estudo com caráter investigativo busca responder às seguintes indagações:

A partir dos princípios norteadores do SUS (Universalidade, Equidade, Integralidade), de que maneira as ações extensionistas, desenvolvidas por meio de projetos de extensão viabilizam o processo de formação em saúde na UFVM, campus Diamantina?

ISBN: 978-85-93416-00-2

Realização:



Parceiros:



Apoio:





7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

07 a 09 de setembro de 2016



Como a extensão universitária está prevista nestes projetos e a partir de quais ações a relação universidade e sociedade se efetiva?

Pode-se identificar que, no Brasil, a primeira referência legal à extensão universitária, ocorreu por meio do Decreto nº. 19.851/31, de 11 de abril de 1931 que institui o Estatuto das Universidades Brasileiras, no qual se explicita a mais detalhada análise e proposta de operacionalização sobre a extensão universitária para o País (GURGEL, 1986). Além disso, nesse decreto a extensão está associada à ideia de cursos e conferências de caráter educacional ou utilitário que se destinam principalmente à difusão de conhecimentos úteis à vida individual ou coletiva, à solução de problemas sociais ou à propagação de ideias e princípios que salvaguardem os altos interesses nacionais (COSTA, 2015).

O que se percebe é que tanto as práticas de extensão, quanto o dispositivo que as rege, nesses tempos, orientam-se pela concepção de universidade como detentora de um saber absoluto, superior e redentor da ignorância, o que resulta em ações verticalizadas de extensão, que no dizer de Freire (2011) “coisificam” o homem, não sendo, pois, uma forma de educação emancipadora.

Dessa forma, Gurgel (2001), afirma que as extensões universitárias no período de 1930-1940 têm um caráter menos político e mais de prestação de serviços.

Este panorama é evidenciado, também, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº. 4.024 de 20 de dezembro de 1961, a qual trata muito vagamente a questão da extensão sob a conceituação de cursos a serem ministrados por docentes e dirigidos, de modo geral, a uma clientela já ligada às Universidades.

Além disso, a institucionalização da extensão universitária passa pelo documento da Reforma Universitária, decretado pelo governo militar, em 1968, que mantém a indissociabilidade entre ensino e pesquisa e a secundarização da extensão que, segundo Nogueira (2012), terá o caráter de opcionalidade e excepcionalidade desvinculada do ensino e da pesquisa, com ênfase na prestação de serviços e realização de cursos.

Neste sentido, até os anos de 1970, não existiu uma política de extensão para as universidades brasileiras. Assim, até este período, “a extensão continua sendo a maneira como a Universidade transmite às comunidades seu ensino e resultados de pesquisas de

ISBN: 978-85-93416-00-2

Realização:



Parceiros:



Apoio:





7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

07 a 09 de setembro de 2016



forma isolada” (NOGUEIRA, 2001, p.61).

Como um dos precursores de metodologias de interação entre o saber técnico-científico e as culturas populares, Freire, em seu livro “Extensão ou Comunicação?”, publicado no ano de 1969, no Chile, discute “as bases de uma comunicação efetiva entre o saber agrotécnico e os camponeses chilenos, em que certo conceito de extensão é criticado por suas implicações unilaterais e invasivas para dar lugar a uma prática, a uma cultura necessariamente dialogal educativa e comunicacional” (PAULA, 2013, p.18).

Segundo Costa (2014), Freire defende que educação não pode ser extensão, educação é comunicação, é diálogo, na medida em que não é transferência de saberes, mas uma interlocução de sujeitos que buscam construir sentidos, imprimir significados, por meio da colaboração, união, organização, como em uma revolução cultural. A colaboração, união, organização exigem a interação, ou seja, a reciprocidade na ação. Assim, diferentemente da extensão, a comunicação é diálogo e o diálogo é comunicativo. Na comunicação não há sujeitos passivos, e sim coparticipação e reciprocidade e o diálogo, como se sabe, é uma condição fundamental para a humanização. Em outras palavras, o diálogo não invade, não objetifica, não enche o outro de conteúdo, ou seja, considera o outro como alguém.

Dessa forma, Costa (2014) afirma que, ao analisar a palavra extensão, do ponto de vista semântico, Freire (2011) toma a acepção que significa transmitir, estender o conteúdo para alguém que passivamente recebe, argumentando que, nesse sentido, há um equívoco gnosiológico do termo extensão, ou seja, há um equívoco no que se refere à reflexão sobre as várias dimensões do ato cognitivo. O equívoco gnosiológico da extensão, segundo Freire (2011, p.27), “está em que, se há algo dinâmico na prática sugerida por tal conceito, este algo se reduz à pura ação de estender (o estender em si mesmo) em que, porém, o conteúdo estendido se torna estático”, o sujeito que estende é um ator ativo, enquanto aquele em quem deposita o conteúdo que estende é mero espectador. Nessa ação, para esse educador, a expressão “extensão educativa só tem sentido se se toma a educação como prática de domesticação” (Freire, 2011, p. 25).

Nessa perspectiva, no livro Extensão ou Comunicação? “as camadas populares não são vistas como objetos que sofrem a ação extensionista, mas como sujeitos da ação. E, na

ISBN: 978-85-93416-00-2

Realização:



Parceiros:



Apoio:





7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

07 a 09 de setembro de 2016



comunicação entre os sujeitos da ação – universidade e sociedade – pode ocorrer a troca de saberes acadêmico e popular. Assim, por meio da extensão seria possível integrar as atividades de ensino e pesquisa às necessidades da maioria da população” (NOGUEIRA, 2005, p. 33).

Dessa maneira, em 1988, o texto da Constituição Federal em seu artigo 207 aprova o princípio da indissociabilidade entre ensino-pesquisa e extensão, representando um avanço significativo para a extensão universitária, igualmente o seu reconhecimento constitucional.

Portanto, Gurgel (2006) afirma que as considerações de Freire impulsionaram e orientaram uma radical reconceitualização no conceito de extensão, sendo que em 2012, a partir de um debate amplo e aberto, desenvolvidos nos XXVII e XXVIII Encontros Nacionais de Pró-reitores de Extensão (FORPROEX) é apresentado à sociedade por meio da Política Nacional de Extensão Universitária (2012) o novo conceito de extensão:

A Extensão Universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade (FORPROEX, 2010).

Assim definida, a extensão universitária denota uma postura da Universidade na sociedade em que se insere. Seu escopo é de um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político, por meio do qual se promove uma interação que transforma não apenas a Universidade, mas também os setores sociais com os quais ela interage, tendo como diretrizes: Interação Dialógica, Interdisciplinaridade e interprofissionalidade, Indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão, Impacto na Formação do Estudante e Impacto e Transformação Social.

Conforme definição apresentada, destaca-se a atividade da extensão universitária como meio para a produção de conhecimento, procurando, como orienta Pinto (1986), a superação do estudo ocioso, tão presente no meio universitário, da cultura alienada, enfim, da pesquisa fortuita e sem finalidade imperiosa.

Nesse entendimento, Melo (2003), destaca que, gerar conhecimento novo por meio

ISBN: 978-85-93416-00-2

Realização:



Parceiros:



Apoio:





7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

07 a 09 de setembro de 2016



da extensão é caminhar na direção das necessárias transformações – a superação de todo e qualquer processo de exclusão promotor de injustiças. Assim, além da promoção de uma relação entre saberes acadêmicos e populares, busca-se a construção de novos conhecimentos, que transpõe a dimensão da troca de saberes a partir da realidade objetiva, no sentido de que a realidade social é determinada e não dada como obra natural.

A saúde, como um direito de cidadania, conforme estabelecido na Constituição de 1988, requer ações do poder público que viabilizem/garantem este mandamento constitucional. Nessa perspectiva, o Sistema Único de Saúde (SUS), criado pela Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 tem como princípios finalísticos, a Universalidade, a Equidade e a Integralidade, ambos associados à natureza que se pretende conformar o Sistema.

Assim, este estudo, vinculado à linha de pesquisa, Ensino, ética e política pública de saúde do programa de Pós-graduação Stricto Sensu Mestrado Profissional Ensino em Saúde da UFVJM, orientado pela professora Dra. Tamar Kalil de Campos Alves, tem como objetivo geral, analisar e compreender, a partir dos princípios norteadores do SUS, como os projetos de extensão viabilizam (podem viabilizar), ou não, a formação profissional em saúde na UFVJM e como nestes projetos a extensão universitária, igualmente a relação universidade e sociedade é definida, vivenciada.

Como objetivos específicos, buscamos:

Compreender a extensão universitária no Brasil e, em particular na UFVJM; evidenciar quais fatores (demanda da comunidade escolar, exigência universitária), impulsionaram a origem dos projetos de extensão dos cursos de graduação em saúde da UFVJM, campus Diamantina; identificar se nos projetos de extensão ocorre a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e, propor um roteiro para a elaboração de projetos de extensão na área da saúde na UFVJM.

Conforme previsto no Art. 43 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, a educação superior tem por finalidade “estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade”, igualmente “promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das

ISBN: 978-85-93416-00-2

Realização:



Parceiros:





7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

07 a 09 de setembro de 2016



conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológicas geradas na instituição".

Neste sentido, compreende-se a importância de pesquisas envolvendo a investigação sobre as ações extensionistas no sistema universitário brasileiro e suas implicações na formação acadêmica.

Em síntese, o interesse pelo desenvolvimento da investigação relaciona-se diretamente com a atuação profissional das autoras na respectiva instituição, bem como pela compreensão da extensão universitária como meio de integração entre a formação técnica e a formação cidadã dos profissionais da área da saúde.

2. Desenvolvimento

Com abordagem qualitativa, caráter descritivo e exploratório a organização deste estudo comporta além da revisão bibliográfica inicial (levantamento de teses e dissertação sobre a temática), pesquisa documental (levantamento de todos os projetos de extensão e de extensão em interface com a pesquisa em desenvolvimento e registrados na Pró-reitoria de Extensão da UFVJM, no período de 2012 a 2015, recorte temporal estabelecido devido à implementação da Política Nacional de Extensão Universitária em maio de 2012) e a análise de conteúdo, que consiste em uma técnica de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos, indicadores que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção dessas mensagens (BARDIN, 2011).

Na análise de conteúdo serão contempladas as seguintes etapas:

- 1) seleção de documentos;
- 2) delimitação das categorias de análise por meio da definição dos eixos temáticos norteadores da discussão; a priori, conceito de extensão; princípios norteadores do SUS; relação com a comunidade;
- 3) validação da categorização;
- 4) leitura preliminar dos documentos;
- 5) decodificação dos documentos;

ISBN: 978-85-93416-00-2

Realização:



Parceiros:



Apoio:





7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

07 a 09 de setembro de 2016



- 6) tabulação das informações;
- 7) análise e discussão final.

O levantamento dos projetos que serão fonte de estudo desta pesquisa será realizado por meio das informações disponibilizadas na página da PROEXC/UFVJM, bem como a partir dos arquivos da respectiva Pró-reitoria.

No desenvolvimento deste estudo, espera-se responder às seguintes indagações:

A partir dos princípios norteadores do SUS (Universalidade, Equidade, Integralidade), de que maneira as ações extensionistas, desenvolvidas por meio de projetos de extensão viabilizam o processo de formação em saúde na UFVM, campus Diamantina? Como a extensão universitária está prevista nestes projetos e a partir de quais ações a relação universidade e sociedade se efetiva?

Dessa forma, o estudo será realizado por meio do levantamento e análise documental dos projetos de extensão e de extensão em interface com a pesquisa em desenvolvimento e registrados na Pró-reitoria de Extensão da UFVJM, no período de 2012 a 2015. Este recorte temporal foi estabelecido devido à implementação da Política Nacional de Extensão Universitária em maio de 2012.

Como referência central para o desenvolvimento deste estudo elegemos Paulo Freire, a partir dos fundamentos apresentados em seu livro “Extensão ou Comunicação?” (2011).

Estabeleceremos diálogo, também, com marcos legais/oficiais, dentre eles a Política Nacional de Extensão Universitária (2012), documentos significativos da universidade, como resoluções, estatuto, regimento geral, propostas de ação de extensão, relatórios e catálogos de extensão, dentre outros, bem como, pesquisas desenvolvidas na UFVJM e em demais Universidades Federais e Privadas de Minas Gerais no campo do Ensino em Saúde, a exemplo, teses e dissertações, igualmente no campo da temática específica desta pesquisa.

Inicialmente, foram levantadas as seguintes hipóteses:

- as práticas extensionistas dos cursos de graduação em saúde na UFVJM, campus Diamantina, desenvolvidas por meio de projetos, contemplam os princípios norteadores do SUS e contribuem diretamente para formação profissional em saúde;

ISBN: 978-85-93416-00-2

Realização:



Parceiros:



Apoio:





7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

07 a 09 de setembro de 2016



- os projetos de extensão, pautados pelos princípios norteadores do SUS, influenciam no processo de formação em saúde na UFVJM e garantem oportunidades de diálogos e aprendizagem entre universidade e comunidade.

Assim, com base na exposição acima, espera-se que as etapas definidas para a execução da pesquisa, bem como os recursos a serem utilizados, possam viabilizar o alcance dos objetivos propostos, igualmente possibilitar avanços na produção de conhecimentos sobre as ações extensionistas no âmbito da UFVJM.

3. Considerações Finais

A pesquisa encontra-se em desenvolvimento junto ao Programa de Pós-graduação Stricto Sensu Mestrado Profissional Ensino em Saúde da UFVJM. Até o momento foi possível realizar o levantamento bibliográfico e a contextualização histórica da extensão universitária no Brasil e suas relações com a instituição pesquisada (UFVJM).

Compreendemos que os cursos de graduação em saúde da UFVJM, a saber, Odontologia, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Nutrição e Medicina, implantados, respectivamente, em 1954, 1997, 2002, 2002, 2002 e 2004, exercem significativa presença no que se refere à formação destes profissionais em Diamantina e região, igualmente na melhoria e acompanhamento das políticas públicas voltadas para a assistência integral à saúde.

Em suma, espera-se que o resultado desta pesquisa possa contribuir para um diagnóstico preciso da influência dos projetos de extensão na formação dos profissionais da área da saúde na UFVJM, bem como servir de base para o desenvolvimento de um roteiro específico para a elaboração de projetos de extensão voltados para a área da saúde na UFVJM.

ISBN: 978-85-93416-00-2

Realização:



Parceiros:





7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



07 a 09 de setembro de 2016

4. Referências

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Disponível em: http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988_05.10.1988/CON1988.pdf. Acesso em fevereiro de 2016.

BRASIL. **Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996.** Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, Ano CXXXIV, n.248, 23 dez. 1996.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo.** Lisboa, Portugal: Edições 70, 2010.

COSTA, Maria do P. Socorro de Lima. **Projetos de extensão da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri/Diamantina em escolas de educação básica: ações, concepções e desafios,** 2015.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

GURGEL, Roberto Mauro. **Extensão Universitária: comunicação ou domesticação?** São Paulo Cortez Editora/Editora Autores Associados/Edição UFC, 1986

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS. **Política Nacional de Extensão Universitária.** Gráfica da UFRGS. Porto Alegre, RS, 2012.

MELO NETO, José Francisco. **Extensão universitária e produção do conhecimento.** 2003.

NOGUEIRA, M. D. P. **Políticas de Extensão Universitária Brasileira.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

PAULA, João Antônio. **A extensão universitária: história, conceito e propostas.** Interfaces, Revista de Extensão da UFMG, v.1, nº 1, jul/dez 2013. Acessado em 10 de fevereiro de 2015.

PINTO, Álvaro Vieira. **A questão da universidade.** São Paulo, Cortez: Autores Associados, 1986.

ISBN: 978-85-93416-00-2

Realização:



Parceiros:

